

Sarney: Decreto será rejeitado

O presidente do PDS, senador José Sarney (MA), admitiu ontem que está muito difícil a aprovação do decreto-lei que modificou a política salarial, mesmo que por decurso de prazo. Ou seja, aprovado porque não houve quorum para votação.

Lembrou o presidente do PDS que seu Partido é minoritário na Câmara, tendo 235 deputados contra 244 das Oposições. Como há unidade dos partidos oposicionistas contra o decreto-lei salarial, acredita que ele acabará sendo rejeitado.

ESFORÇOS

Apesar dessa sua impressão, o senador Sarney resolveu fazer todos os esforços para conseguir aprová-lo, pois o Governo o considera imprescindível para combater a inflação. Com este objetivo convocou para segunda-feira próxima uma reunião com os líderes do Governo no Senado e na Câmara, senador Aloysio Chaves (PA) e deputado Nelson Marchezan (RS).

Nessa reunião, Sarney entregará aos líderes pedessistas o documento preparado pelo senador Carlos Chiarelli (PDS-RS) em nome do Movimento Trabalhista do PDS. A proposta foi considerada fantasmagórica por alguns parlamentares pedessistas. Não há qualquer possibilidade de ser aceita pelo Governo e destinou-se fundamentalmente, segundo estes, a promoção do senador gaúcho.

Essa proposta, apresentada pelo Movimento Trabalhista do PDS, poderá, inclusive, prejudicar os entendimentos do líder Nelson Marchezan com o PTB, que tem 11 deputados. Marchezan pretendia conseguir a aprovação do decreto-lei em troca da redução da jornada de trabalho de 48 horas para 45 horas e da promessa de maior autonomia sindical.

Como o Movimento Trabalhista do PDS está sugerindo a trimes-tralidade e abono de emergência para os que ganham salário mínimo, alguns deputados do PTB estão receosos de um acordo que os coloque em posição reivindicatória inferior a de alguns setores do PDS.

Indiferente às dificuldades dos

líderes do Governo, o presidente do Senado, Nilo Coelho (PDS-PE), marcou para o próximo dia 15, às 18:30 horas, a leitura do decreto-lei que muda a política salarial.

Na reunião de segunda-feira, o presidente Sarney e os líderes Aloysio Chaves e Nelson Marchezan acertarão, também, um plano de contato com as principais lideranças sindicais. Acreditam que qualquer possibilidade de aprovação do decreto-lei salarial terá de ser obtida através dos sindicatos, que pressionariam os partidos oposicionistas.

PMDB CONTRA

Porto Alegre — O líder da ban-

Cece

cada do PMDB na Câmara Federal, deputado Freitas Nobre, revelou ontem que seu partido fechou questão em relação ao projeto de redução salarial e que os deputados "não só vão votar contra, como estão obrigados a estarem presentes no dia da votação".

Acrescentou que as informações que ele tem é a de que outros partidos de oposição também fecharam questão contra o projeto, que deverá ser derrubado na Câmara. No entanto, como a mesa do Congresso controla a leitura dos projetos para entrarem em pauta, a mesa está retardando a leitura do projeto 2.012 e o parlamentar acredita que esta ainda deverá demorar uns 20 dias.



Sarney pessimista quanto à votação do decreto salarial